



MUNICÍPIO DE VINHAIS

D. C. T. M. L.

1 - CONVITE



MUNICÍPIO DE VINHAIS
CÂMARA MUNICIPAL
D. C. T. M. L.

CONVITE Nº. ____/20__

Convida-se essa empresa a apresentar proposta para execução da empreitada:

Beneficiação de arruamentos em Mós de Celas

Legislação aplicável: Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro e posteriores atualizações.

1. Entidade adjudicante:

A entidade adjudicante do ajuste directo é o Município de Vinhais, com sede na Rua das Freiras, nº13, 5320-326 Vinhais, Pessoa coletiva número 501 156 003.

Consulta e disponibilização das peças do procedimento: o procedimento é constituído pelas peças indicadas no respetivo índice geral e encontra-se patente no Núcleo de Contratação Pública – DCTML da Câmara Municipal de Vinhais.

Os serviços administrativos da Câmara têm o seguinte horário de funcionamento: 9.00 – 12.30 horas e 14.00 – 17.30, todos os dias úteis, excluindo sábados, domingos e feriados.

Telefone: 273770300; Fax: 273771108; Endereço Eletrónico: geral@cm-vinhais.pt

2. Fundamentação ao ajuste direto, nos termos exigidos pelo n.º2, art.º 127º do Código dos Contratos Públicos, alterado pela Lei n.º 64-B/2011 de 30Dez:

O Município de Vinhais não tem equipamentos e meios humanos para executar os trabalhos.

3. Órgão competente para a decisão de contratar:

Ao abrigo do disposto na alínea a), art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão que tomou a decisão de contratar foi o Presidente da Câmara Municipal por despacho de 201~~___/___/___~~, ou, Câmara Municipal por deliberação de 201~~___/___/___~~, tendo também sido aprovados todos os elementos que constituem o respetivo processo.

4. Procedimento de contratação:

Atendendo ao valor estimado de 99.500,00 €, o procedimento de contratação reveste a forma de Ajuste Direto, ao abrigo do disposto na alínea a) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos.

5. Documentos da proposta:

A proposta (elaborada de acordo com Anexo III do presente convite), deverá ser instruída com os seguintes elementos:

5.1 - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código de Contratos Públicos (Anexo I do presente convite);

- 5.2 - Nota justificativa do preço proposto;
- 5.3 - Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projecto de execução, com o ordenamento dos mapas resumo de quantidades de trabalho;
- 5.4 - Memória descritiva e justificativa, pormenorizada, do modo de execução da obra;
- 5.5 - Programa de trabalhos, incluindo: programa de trabalhos, plano de mão-de-obra, plano de equipamento e correspondente plano de pagamentos;
- 5.6 - Declaração, na qual o concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, indicando nomeadamente os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo (**declaração de subcategorias**) ou nas declarações emitidas pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º desse diploma, para efeitos da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações.

6. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

7. Prazo para apresentação das propostas:

As propostas serão entregues até às 17,30 horas do dia 20 de Janeiro de 2017, via correio eletrónico para geral@cm-vinhais.pt, pelos concorrentes ou seus representantes.

No envio da proposta, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verificarem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

8. Modo de apresentação das propostas:

A proposta e os documentos, referidos no nº 5 deste convite devem ser apresentados em suporte digital e assinados, no assunto do qual deve ser escrita a expressão "Proposta", indicando-se o nome ou denominação social do concorrente e a designação da empreitada – **Beneficiação de arruamentos em Mós de Celas**.

9. Caução:

Não é exigível a prestação de caução, situação em que se procederá à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efectuar (nos termos do n.ºs 2 e 3, art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos);

ou,

A caução deverá ser prestada nos termos do artigo 90º do Código de Contratos Públicos, sendo o seu valor de 5% do preço contratual.

10. Fase de negociação: As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

11. Critério de adjudicação:

A adjudicação será efectuada segundo o critério do mais baixo preço.

12. Preço Base: O preço base do presente ajuste direto é de 99.500,00 € (Noventa e nove mil e quinhentos euros).

13. Prazo de execução: 60 dias.

14. Documentos de habilitação a apresentar pelo Adjudicatário

14.1. No prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Alvará ou título de registo emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., contendo as seguintes habilitações:
 - i) A **1ª subcategoria da 2ª categoria**, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
 - ii) A(s) **6ª e 8ª subcategoria(s) da 2ª Categoria**, na(s) classe(s) correspondente(s), cada uma, ao valor dos trabalhos especializados que lhes respeitam;
- d) Declaração relativa a Trabalhadores Imigrantes, nos termos do **Anexo IV** do presente convite, ou declaração de não aplicabilidade, consoante o caso.
- e) Curriculum vitae dos técnicos referidos na alínea anterior, nos quais deverão ser descritas as habilitações e experiência profissional relevante para a presente empreitada;
- f) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione o equipamento e ferramenta especial a utilizar na obra, seja próprio, alugado, ou sob qualquer outra forma, os quais deverão garantir a execução dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, incluindo Projeto de Execução e Cláusulas Especiais contendo as especificações técnicas;

Vinhais, 11 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA,


(Dr. Américo Jaime Afonso Pereira)

ANEXO I

Modelo de declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade e representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3-Declara ainda que renuncia a foro especial e submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, declara sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação da atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou qualquer situação análoga nem tem o processo pendente;

b) Não foi condenado/a por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção nem foi disciplinarmente punido/a por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b), do nº 1 do artigo 627º do Código de Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenado(a)s por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (16)] (17):

i) participação em atividade de uma organização criminosa, tal como definida no nº1 do artigo 2º da Ação Comum nº98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº1 do artigo 3ª da ação comum nº98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção de Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva nº91/308/CEE, do Conselho de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar com candidato, concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto do artº 81 do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b) , d), e), e i) do nº 4 desta declaração;

7 - O declarante tem pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do nº anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de



MUNICÍPIO DE VINHAIS
CÂMARA MUNICIPAL
D. C. T. M. L.

contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local, data e assinatura. (18)

- (1) – Só aplicável a concorrentes pessoas coletivas.
- (2) - No caso de concorrente pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
- (3) – Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº1 e nos n.2 e 3 do artigo 57.
- (4) – Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação;
- (5) - Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação;
- (6) - Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) - Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação;
- (8) - Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação;
- (9) - Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15)- Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação
- (16)- Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação
- (17)– Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva
- (18)– Nos termos do disposto nos n.4 e 5 do artigo 57º

ANEXO II

Modelo de declaração de habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer



MUNICÍPIO DE VINHAIS
CÂMARA MUNICIPAL
D. C. T. M. L.

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o Concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



MUNICÍPIO DE VINHAIS
CÂMARA MUNICIPAL
D. C. T. M. L.

Anexo III

MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

F... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem a empreitada de....., no prazo de execução de, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de Euros (..... euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela, Câmara Municipal de Vinhais nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 7 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

À presente proposta aplica-se a regra da inversão do sujeito passivo de IVA, ao abrigo da alínea j) do n.º1 do artigo 2º do CIVA, nos trabalhos que se enquadrarem dentro da referida definição.

Data...

Assinatura...



MUNICÍPIO DE VINHAIS
CÂMARA MUNICIPAL
D. C. T. M. L.

Anexo IV

Modelo de Declaração relativa a Trabalhadores Imigrantes

..... (nome do empreiteiro), pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, detentor do alvará n.º, com o capital social de com sede em representado(a) pelos Senhores e, na qualidade respetivamente de e (no caso de Agrupamento ou Consórcio, identificação de todas as empresas que o constitui), declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 198º do Decreto-Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes utilizados na realização dos trabalhos da empreitada, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

Data:

Assinatura: